

# **A CIDADE DE DIREITO AO DIREITO À CIDADE: MOVIMENTOS SOCIAIS DE LUTA PELA MORADIA E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA CIDADE DO CRATO-CE<sup>1</sup>**

*TOWN OF LAW THE RIGHT TO THE CITY: THE STRUGGLE FOR SOCIAL  
MOVEMENTS AND HOUSING PRODUCTION OF SPACE IN THE CITY OF  
CRATO-CE*

João César Abreu de Oliveira FILHO<sup>2</sup>

## **RESUMO**

O presente trabalho tem por finalidade discutir os movimentos sociais de luta pela moradia e o direito à cidade através das lutas sociais da classe trabalhadora. A produção do espaço urbano da cidade, foco do nosso estudo é entendida como um espaço de disputa entre as diversas classes sociais em virtude da falta de áreas propicia a moradia na cidade. Este trabalho demarca como universo geográfico o município do Crato, cidade média do Estado do Ceará. As abordagens teóricas utilizadas para entender os movimentos sociais urbanos de luta pela moradia na cidade se desenvolveram de forma interdisciplinar, onde foram feitas leituras de vários autores, dentre esses, sociólogos, geógrafos, filósofos etc. Trata-se de um estudo de caso, cujo objetivo é entender os processos da produção do espaço urbano a partir da ótica dos movimentos sociais de luta pela moradia. Assim, percebe-se a importância da luta dos trabalhadores através da luta pela moradia como condição para a produção de uma cidade mais justa e igualitária.

**Palavras-Chave:** Movimentos Sociais Urbanos; Luta pela moradia, Produção do Espaço

## **ABSTRACT**

This paper aims to discuss social movements struggle for housing and the right to the city through the social struggles of the working class. The production of urban space in the city, the focus of our study is seen as an area of contention between the various social classes because of the lack of areas provides housing in the city. This work marks the geographic universe as in Crato, average city in the state of Ceará. The theoretical approaches used to understand urban social movements struggle for housing in the city is developed in an interdisciplinary way, where readings were made by various authors, among these, sociologists, geographers, philosophers etc.. This is a case study, whose goal is to understand the processes of the production of urban space from the perspective of social movements struggling for housing. Thus, one realizes the importance of the struggle of workers through the struggle for housing as a condition for the production of a more just and equitable city.

**Key-Words:** Urban Social Movements, Fight for housing, Production of Space

---

<sup>1</sup> O presente trabalho é fruto da dissertação de mestrado que está sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba, sob orientação do Prof. Dr. Marco Antônio Mitidiero Junior.

<sup>2</sup> Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba.

## INTRODUÇÃO

A temática dos movimentos sociais e do espaço urbano brasileiro, frequentemente discutido nos campos da Geografia, Sociologia, Planejamento Urbano é de suma importância, pois permite a compreensão de muitos problemas existentes nas cidades. Há problemas sociais que se intercalam, sobrepõem-se aparentemente numa imensidade de expressões, mas que, na maioria das vezes, decorrem do sistema vigente, ou seja, remetem ao capitalismo, onde os meios de produção, caracterizando uma sociedade estratificada em classes, consomem e produzem um espaço desigual, que exclui, cria distinções e acirramento de conflitos sociais (BOURDIEU, 2007).

Os principais problemas vivenciados no cotidiano das *urbes* se remetem ao uso desigual da propriedade privada, a segregação sócio espacial, há ineficácia de equipamentos de consumo coletivo, a falta de moradia, transportes, emprego, escolas etc. Nesse sentido, o referido artigo se desenvolve, objetivando a temática dos movimentos sociais dentro do espaço urbano da cidade de Crato no sul do Estado do Ceará, onde se possibilita enxergar visíveis contradições e controversas, pois a cidade é entendida como um local de moradia, de cidadania, de qualidade de vida e onde as relações sociais se materializam. Visa-se ainda identificar as mais variadas lutas sociais travadas pelos sujeitos sociais com o intuito de garantir direitos inerentes ao exercício da cidadania, onde se encontra legalmente explícito na Constituição.

Dessa forma, o nosso enfoque se dará em torno dos movimentos sociais de luta pela moradia. Entende-se ainda que esses movimentos não lutam nem reivindicam somente o acesso a moradia, quer dizer a casa ou ao terreno para construir uma casa, mas também pelo reassentamento, habitação, preço dos alugueis, implantação de saneamento, instalação de luz elétrica, água e esgotos, além de diversos equipamentos urbanos necessários para se viver com dignidade.

O acesso a moradia ganha uma complexidade diferente da luta por habitação que caracterizou os movimentos na década de 1970 ao ser compreendida como um conjunto de elementos que possibilitaram condições adequadas de habitabilidade (habitação, saúde, transporte etc.) e não mais uma simples conquista de um teto. (SOUZA JUNIOR, 2007, p. 159).

Nosso objetivo aqui é tratar dos movimentos sociais no âmbito das cidades médias, partindo-se de pressupostos e análises desenvolvidas na cidade do Crato, mais especificamente do bairro do Seminário, onde registra-se a última ocupação de luta pela moradia ocorrida na cidade, no ano de 2010.

A escolha do Crato tem características importantes a se considerar. Inicialmente, por ser uma cidade importante no contexto regional do Estado do Ceará, sendo um importante polo de atração, teve um processo de migração muito intenso nas décadas de 1960 aos dias de hoje, o que permitiu a vinda de grandes contingentes populacionais de baixa renda, contribuindo para a proliferação de favelas, cortiços, ocupações de áreas insalubres e de resistências e lutas de diversos movimentos sociais. Essas características, instigaram o anseio de entender os movimentos de luta pela moradia na cidade e sua materialização na espacialização da *urbe*.

Os movimentos sociais de luta pela moradia contribuem muitas vezes para a produção do espaço das cidades, além do que, são instrumentos que apresentam formas de atuação contraditórias: ora são reprodutores da ótica do capital, ora se caracterizam como espaços socializados e democráticos. Essa contradição refere-se ao fato de que os movimentos valorizam a propriedade privada ao mesmo tempo em que ocupam áreas na maioria das vezes pertencentes aos grandes detentores do capital.

Em termos de metodologia procuramos perceber o objeto pesquisado a partir do estudo de caso no que se refere à atuação dos movimentos sociais na cidade do Crato – CE; ou seja, fizemos observações em campo, acompanhamos eventos, assistimos reuniões e entrevistamos líderes e participantes dos movimentos sociais. Nossa ênfase, na metodologia operacional foi focar os objetivos, os quais se fundamentam em compreender a importância dos movimentos sociais na produção do espaço urbano da cidade, ou seja, produzir dados para compreensão dessa realidade social, invés de nos determos em técnicas de levantamento de dados. Após uma revisão de referencial teórico no campo dos movimentos sociais urbanos, apresentamos aspectos dos movimentos pela moradia local, sua trajetória recente, e a configuração atual, além de inferências da pesquisa em andamento.

A pesquisa sobre os movimentos de moradia no Crato se dá desde o ano de 2010. Inicialmente, fizemos um levantamento do histórico do município desde os anos de 1930 até hoje para entender como se deu a materialização da cidade e sua importância no contexto regional. Posteriormente, levantamos a trajetória de luta pela moradia na cidade, a partir do surgimento dos primeiros movimentos de luta na *urbe*.

No movimento aqui tratado, denominado “ocupação atrás do Liceu”, fez-se cerca de três entrevistas iniciais, com os coordenadores da ocupação. Posteriormente, realizamos cerca de quatro entrevistas com as principais lideranças políticas e agentes externos que contribuíram para a organização e politização do movimento, dentre elas, lideranças do Partido dos Trabalhadores – PT e Partido Comunista do Brasil – PC do B. No último

momento, entrevistamos cerca de cinco militantes e acampados do movimento, além de alguns cidadãos que residiam próximos ao local de ocupação e um representante do poder público municipal. O acompanhamento das reuniões, realizados pela coordenação do movimento ocorreu de forma sistemática. Participamos, no caso, de algumas reuniões anteriores o momento da ocupação e de todas as reuniões após o período em que estavam acampados.

Nesse sentido, o presente trabalho tem por finalidade analisar como se dá o processo de produção do espaço urbano na cidade do Crato – CE na ótica dos movimentos sociais urbanos e como esses sujeitos sociais atuam no espaço e produzem lugares cada vez mais significativos e associados a conquista de direitos sociais.

## **1. ALGUMAS NOÇÕES TEÓRICAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS E A PRODUÇÃO DA CIDADE**

Inicialmente, iremos tecer alguns comentários a respeito dos principais conceitos e de algumas das propostas teóricas em que o referido trabalho se fundamenta para compreender os movimentos sociais enquanto categoria de análise. Dentre esses conceitos destacamos o conceito de movimento social e sua trajetória teórica.

Os movimentos sociais urbanos atuam no espaço geográfico da cidade a partir das problemáticas urbanas relacionadas com o processo de uso e ocupação do solo, com a apropriação e distribuição da terra urbana e dos equipamentos urbanos coletivos (SANTOS, 2008).

Antecipadamente, é necessário destacar que não há um consenso entre a maioria dos autores a respeito do conceito de movimento social (SCHERER-WARREN, 2005). Essa imprecisão teórica está centrada na discussão do referido trabalho, pois há lacunas que necessitam ser preenchidas, como a centralidade da discussão do conceito de movimento social, pois entende-se que os movimentos de bairro, através da atuação das associações de moradores como ocorre na cidade do Crato – Ceará pode ser entendido e analisado como movimento social, devido sua forma organizativa e sua atuação política.

De acordo com o pensamento de Scherer-Warren (2005) os movimentos sociais não são um todo homogêneo e não existe uma compreensão única entre a maioria dos autores a respeito do conceito de movimento social, dificultando assim, a compreensão de conceituar um movimento social, devido à diversidade teórica existente. Essa dificuldade teórico-metodológica que orienta a produção intelectual na perspectiva dos movimentos

sociais, segundo Scherer-Warren (2005) se dá principalmente em relação à maioria dos autores reduzir teoricamente os movimentos sociais a partir de uma categoria empírica, o que culminou na fragmentação da produção e na dificuldade e construção de conceitos genéricos e categorias teóricas mais gerais.

As principais correntes teórico-metodológicas existentes até os anos de 1970 na América Latina que refere-se à concepção de movimento social estava embasada em duas correntes de pensamento. A primeira denominada histórico-estrutural que tinha sua base filosófica no marxismo e a segunda denominada funcionalista (SCHERER-WARREN, 2005). Em âmbitos mais gerais, existiram outras correntes teóricas que norteavam a produção intelectual dos movimentos sociais, que serão examinadas a seguir.

Dessa forma, Gohn (2007) afirma que os movimentos sociais são:

Ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.), até as pressões indiretas (GOHN, 2007, p.13).

A compreensão de Gohn (2007) será a adotada no referido trabalho, principalmente devido à abrangência de sua análise que possibilita enquadrar as lutas da cidade do Crato. Segundo Scherer-Warren (2005, p. 18) entender os movimentos sociais como “toda ação coletiva com caráter reivindicatório ou de protesto” é considerada movimento social. Outra concepção, principalmente baseada nas ideias de Alan Touraine, considera os movimentos sociais apenas um número muito limitado de ações coletivas de conflito, onde aqueles que atuam na produção da sociedade ou seguem orientações globais enxergando a mudança de um tipo de sociedade a outro. Ainda, segundo a concepção de Touraine “movimentos sociais seriam aqueles que atuam num tipo de sociedade, lutando pela direção de seu modelo de investimento, conhecimento ou cultural” (SCHERER-WARREN, 2005, p. 18).

Nesta pesquisa, compreende-se que os movimentos sociais podem se situar num amplo leque de classificação. Em termos de contribuição nas análises dos referidos movimentos, há possibilidade de percebê-los a partir da predominância teórica que orienta suas práticas. Destacam-se de maneira ampla movimentos bastante distintos em suas especificidades, mas com referenciais semelhantes, ou seja, que apresentam inspiração predominante nas mesmas doutrinas ou bases teóricas.

Os movimentos inspirados nas teorias marxistas (histórico-estrutural) dão ênfase à produção e reprodução da força de trabalho. Neste referencial teórico destacam-se as necessidades e carências enfrentadas pelas classes e segmentos sociais envolvidos no processo de luta por melhores condições de vida e trabalho, sob efeito das contradições expressas no processo da relação capital e trabalho que abrange todo o modo de produção e institui as contradições exercidas no interior dos aparelhos do Estado (SANTOS, 2008).

Essas lutas compreendem o sentido de busca por nivelamento das classes sociais, abolindo todas as diferenças tidas como “naturais” (SANTOS, 2008) pelas classes dominantes e também o efeito da cultura e tradições nacionais e identidades que legitimam a concentração de renda e as desigualdades sociais, principalmente em relação à habitação, onde uns têm o poder de morar bem e outros vivem sem moradia.

Outros movimentos podem ter influência de noções que têm por base os enfoques compreensivos ou “teoria da ação social” a partir de Max Weber. Essa teoria se preocupa em perceber os processos sociais considerando o sentido das ações dos indivíduos envolvidos na organização social. Acontecimentos que atingem a sociedade mais ampla, a vida cotidiana e os atores envolvidos têm aqui relevância. Considera-se a subjetividade dos atores envolvidos nos fenômenos sociais, isto é, os indivíduos, considerados como atores sociais desenvolvem ações que possuem um sentido a ser considerado (SANTOS, 2008).

Segundo Santos (2008), essa corrente teria embasado as formas de análise dos movimentos sociais em dois autores: a partir de Alan Touraine, que trata do “enfoque da ação social” afirmando os movimentos sociais como coração da sociedade, isto é, a partir das ações exercidas, eles projetam uma nova sociedade política, no próprio capitalismo, menos selvagem e mais igualitária; e segundo Claus Offe, abordando “o enfoque institucional”, que enfatiza o processo de institucionalização dos movimentos sociais.

Outra possibilidade de teorização dos movimentos sociais considera autores que se destacam como inspiradores dos “movimentos de minorias”, daqueles grupos ou subgrupos que não participam em igualdade de condições da vida social. Os autores que mais se destacam são: Foucault, Deleuze e Guatari (SANTOS, 2008).

Fazem parte do rol dessa classificação os movimentos afrodescendentes, de homoafetividade, de mulheres dentre outros. Estes movimentos baseiam-se na noção de alteridade que lutam para desenvolver a tolerância para com o diferente, criar mecanismos de reconhecimento de direitos e aceitação da noção de equidade social, étnica, política, geracional, sexual e de gênero por parte da sociedade civil. Os sistemas culturais tradicionais tendem a excluir indivíduos estigmatizados negativamente como

deficientes, loucos, diferentes, anormais ou especiais. Segundo Santos (2008), a luta principal desse modelo seria pela autonomia.

Uma dessas possibilidades teóricas seria enquadrar determinados movimentos sociais como instrumento de reivindicação, insatisfação ou descontentamento com a atuação dos poderes, a legislação e o Estado. Há um aspecto de resistência a políticas públicas e à ausência do Estado em questões sociais, e outro aspecto que reivindica atenção estatal, novas leis, políticas públicas e serviços públicos de qualidade (SANTOS, 2008).

Há ainda a perspectiva dos movimentos sociais como manifestações coletivas, baseadas no desejo de participação da sociedade através da política. Esses movimentos se contrapõem a ótica do Estado e buscam, na maioria das vezes, uma maior representatividade na política (SANTOS, 2008). Esses dois últimos teriam o principal diferencial no alcance de suas organizações e mobilizações. Os primeiros com objetivos mais imediatos e pontuais. O segundo com metas de inserção e atuação nas instâncias estatais.

Entendendo movimentos sociais como ação coletiva Oliveira (2009) considera dois pontos de vista predominantes na análise acadêmica dos movimentos sociais: o viés estruturalista, no qual os movimentos sociais seriam herdeiros de movimentos operários ou revolucionários em luta pelo poder. Os temas seriam a luta de classe, tomada de poder, exploração e revolução. E o segundo, que consistiria em enfoques que assinalam os movimentos sociais numa perspectiva relacional / reflexiva. Para esta noção, estes movimentos seriam atores com ações situadas no campo cultural, e não de atuação em luta pelo poder. Os temas debatidos seriam identidades, cultura, subjetividade, autonomia, e interação política.

Estas formas de classificação têm um efeito mais didático e orientador do debate, pois nas formas de atuação dos movimentos há elementos diversificados para além das perspectivas teóricas que entram em conexão. As bases teóricas podendo ser noções acadêmicas, ideológicas, visões de mundo etc., são no mais das vezes, importadas, de outros contextos sociais e culturais. A nosso ver, tais noções quando incorporadas pelos agentes geram modos de atuação pública que são ressignificados em conjunto com as práticas locais. Isto nos leva a ter atenção ao fato de que no trabalho científico, as classificações ou categorias de análise se dão sobre dimensões da realidade social muito mais complexas. Em outros termos, “os movimentos sociais estão intimamente ligados à mudança social, e vários aspectos das sociedades contemporâneas são provavelmente consequências dos movimentos sociais.” (RENON apud OUTHWAITE; BOTTOMORO, 1996.

p. 500). Compreender os processos de mudança social que são culminância dos movimentos sociais implica considerar que os movimentos sociais urbanos de luta pela moradia se caracterizam pela dinâmica da produção do espaço urbano, compreendendo a dimensão de luta, de uso, apropriação e produção do espaço.

Tais movimentos ocorrem em diferenciação de outros tipos, que convergem para lutas e manifestações de problemas sociais de outras ordens, podendo gerar transformações históricas a partir de bases locais e práticas inseridas no cotidiano por meio de atividades que são fontes geradoras de inovações socioculturais.

Dessa forma, no que se refere ao processo de atuação dos movimentos sociais no Brasil, enfatiza-se que eles atuam na luta pela moradia, caracterizando instrumentos de conquistas sociais e direitos legalizados constitucionalmente, como por exemplo, o Estatuto da Cidade. Sua base são reivindicações relacionadas às conquistas sociais, principalmente ligadas aos direitos humanos, no caso a moradia, que através do processo de ocupação de loteamentos públicos ou privados, entram em conflitos com os políticos, o Estado e os proprietários de lotes ou terras.

Assim, percebe-se que os movimentos sociais de luta pela moradia configuram-se como um movimento de luta dos trabalhadores a partir da consoante luta de classe exercida contra dos donos dos meios de produção e o mercado imobiliário. Quando se conquista o direito a moradia, conquista-se também a dignidade da pessoa humana, o direito a sobrevivência, sendo a casa uma local de reprodução da força de trabalho.

Empiricamente, a trajetória dos movimentos sociais urbanos no Brasil se expressa com maior visibilidade a partir da década de 70, quando se registrou o surgimento de vários movimentos populares, entre os quais os chamados “novos movimentos sociais” (SCHERER-WARREN, 2005). Tais movimentos tinham varias vertentes de atuação, como, por exemplo, o de caráter sindical, popular, rural, feministas, homoafetivos, afrodescendentes, ecológicos, moradia e ONGs.

No Crato, os movimentos de luta pela moradia não tiveram uma homogeneidade no que concerne a sua atuação espaço/temporal. Não tem na cidade, nenhum movimento consolidado, com bandeiras, hinos, organização política constitucionalizada etc. Os movimentos de moradia no município tiveram atuações bastante circunstâncias e pontuais, tendo em vista somente a conquista da reivindicação aderida. Essa falta de consolidação das lutas num movimento específico da questão da moradia, de certo modo, enfraqueceu e corroborou uma dimensão menos totalitária da questão da habitação e sua política urbana, o que acarretou numa diversidade de lutas, muitas vezes, não tendo um

impacto positivo, gerando em alguns casos a desapropriação de áreas ocupadas ou mesmo no fim da luta em alguns bairros ou comunidades.

Os movimentos sociais urbanos no Brasil contextualizavam-se os que lutavam por melhores condições de vida, incluindo reivindicações por escolas, energia, água, transporte, moradia e segurança. Sendo organizações extremamente perseguidas até a década de 1970, época em que se configurava uma conjuntura política no país marcado pelo regime militar e por ação autoritária e repressiva às organizações da sociedade civil. Aqueles movimentos não estavam isolados, tinham apoio de facções, partidos políticos de esquerda, da ala progressista da Igreja, de estudantes, sindicalistas, intelectuais, artistas, enfim, dos segmentos que faziam oposição à ditadura militar.

No entanto, no início da década de 80, algumas expressões dos movimentos sociais desapareceram ou enfraqueceram diante das políticas sociais implantadas pelo Estado. Outros se fortaleceram como é o caso da luta pela moradia, provavelmente devido ao grande crescimento populacional que provocou um déficit habitacional, à intensificação do processo migratório do campo para a cidade, aumento dos preços dos aluguéis, novas legislação de uso e ocupação do solo e, sobretudo, à redemocratização do país. Nessa época, eclodem lutas que pleiteavam: o acesso a terra, a regularização da propriedade, a criação de mutirões para construção de casas, o reassentamento de comunidades que ocupam áreas de risco e etc.

Dessa forma, de acordo com o pensamento de Silva (1992, p. 113) “os movimentos populares estão se desligando do patrocínio do governo e se aproximando, cada vez mais, dos partidos políticos”, caracterizando assim, lutas que evidenciam não somente necessidades básicas de caráter imediatista, mais uma participação social e política mais efetiva.

Nesse sentido, é preciso entender onde se dão as lutas e reivindicações expostas pelos movimentos sociais na produção de espaços de moradia na cidade do Crato, principalmente no bairro do seminário, que no caso, é o palco de nossa investigação. O espaço geográfico é palco dessas lutas e dessa produção social, que para Santos (1996, p. 19) o espaço é entendido como um “conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações”. Nesse sentido, percebe-se o espaço como um fator de produção social, onde as relações sociais o produzem e se materializam.

Já a expressão “produção do espaço” num primeiro instante foi formulada pelo filósofo Francês Henri Lefebvre. O espaço para ele consiste “no lugar onde as relações capitalistas se reproduzem e se localizam com todas as suas manifestações de conflitos e contradições” (LEFEBVRE *apud* GODOY, 2004, p. 31).

Já o espaço urbano, entendido como um local onde as contradições e as complexidades são efetivadas pela materialização dos processos de produção, percebe a “cidade como palco privilegiado das lutas de classe, pois o motor do processo é determinado pelo conflito decorrente das contradições inerentes às diferentes necessidades e pontos de vista de uma sociedade de classes.” (CARLOS, 2007, p. 23).

“A cidade é um modo de viver, pensar, mas também sentir. O modo de vida urbano produz idéias, comportamentos, valores, conhecimentos, formas de lazer, e também uma cultura.” (CARLOS, 2007, p. 26). Dessa forma, a cidade é entendida como um local de moradia, de cidadania, de qualidade de vida e onde as relações sociais se materializam. Já o urbano entendido como um modo de vida.

A cidade do Crato, no Estado do Ceará, objeto de investigação aqui tratado, no amplo leque de sua contextualização regional, configura-se dentro dos parâmetros de cidade de médio porte, tendo uma população média de 120.000 mil habitantes, evidenciado pela expressiva polarização regional, infraestrutura no campo dos serviços públicos, como educação, saúde, comércio, lazer dentre outras características que viabilizam a expressão interurbana e intraurbana da urbe.

Esse caráter centralizador e polarizador do Crato, juntamente com as cidades de Juazeiro do Norte e Barbalha estavam como centro de referencia na região sul do Estado do Ceará.

Por volta deste período, Crato e Juazeiro do Norte de forma conjunta já funcionavam como centros bipolarizados, como afirma COELHO (1990), atuando como centros regionais na hierarquia urbana cearense por possuírem alto poder de atrair contingentes populacionais que saiam do campo e cidades próximas no intuito de melhoria da qualidade de vida. Tal projeção regional devia-se, em grande parte, ao fato de serem grandes centros regionais de serviços tanto no setor comercial como nos de assistência médico-hospitalar, educacional e bancário (OLIVEIRA, 1998, p. 52).

Com a expressividade do crescimento urbano da cidade, aumentava-se também o número de pobres, as favelas, cortiços e as formas de ocupação da cidade pelas populações subalternas. Esse processo, descrito por Arlete Moysés Rodrigues (2003, p. 22), evidencia, que os que “mais precisam usufruir de uma “cidade com serviços e equipamentos públicos” – aqueles que têm baixos salários – compram lotes/casas em áreas distantes, onde o preço é mais baixo”.

Esse processo, evidenciado pela propriedade privada da terra e por sua apropriação pelas forças coagidas do capital remodelam a cidade na lógica do dinheiro, apontado suas estruturas no amplo leque do investimento do capital (CARLOS, 2007).

Em relação à composição social da urbe, no quesito segregação, o Crato estava dividido hierarquicamente por um processo marginal que aglutinou grande parcela da população pobre as margens do Rio Grangeiro, sendo, como afirma Oliveira (1998, p. 56):

A linha da Rede de Viação Cearense e o canal do rio Grangeiro delimitavam os bairros mais pobres, tais como os bairros do Pinto Madeira, do Seminário, Alto da Penha, Independência e o Bairro do Batateiras. A medida que se atingia a periferia da cidade, tornavam-se mais frequentes os mocambos de taipa com pisos de terra batida e cobertura de palha.

Esses bairros, que compõem grande parcela da população pobre da cidade, têm características de escassez de infraestrutura urbana e equipamentos de consumo coletivo, agremiando assim, as duras condições que a população vem sofrendo no espaço social da urbe.

Nesse contexto, a cidade do Crato é uma das sedes do polo de desenvolvimento da Região Metropolitana do Cariri - RMC, criada a partir da lei complementar estadual Nº 78 de 2009, que dispõe no Art 43 da Constituição Estadual. A criação da região metropolitana do Cariri, no contexto interurbano da cidade, possibilita a viabilidade de um amplo desenvolvimento na região, potencializando a cidade para investimentos internacionais e nacionais que viabilizem o crescimento das urbes que a compõem.

O modelo de desenvolvimento da cidade do Crato, não diferentemente do resto do país. Foi marcada pela intensificação do processo de industrialização, ou como postula Lefebvre (2008) o duplo processo industrialização (indutor) e urbanização (induzido). O Crato, no contexto histórico regional sempre teve uma forte influência devido a suas dimensões territoriais e de localização, além dos atrativos biogeográficos que resultam na composição social da economia da cidade, atraindo turistas e habitantes para residirem no município.

A população urbana da cidade do Crato, segundo pesquisa realizada pelo IBGE é de 100.916 mil pessoas, elencando assim, o alto grau de urbanização da cidade. (IBGE, 2010), o que corrobora em vários problemas de cunho social e econômico, tendo em vista que grande parcela da população mais carente está sendo espoliada das áreas centrais da cidade, acarretando numa expansão do perímetro urbano da mesma, em virtude do afastamento da população mais pobre das áreas de interesse do capital.

Figura 01: **Evolução populacional do município do Crato – Ceará**

Ano	Crato	Ceará	Brasil
1991	90.519	6.366.647	146.825.475
1996	95.073	6.781.621	156.032.944
2000	104.646	7.430.661	169.799.170
2007	111.198	8.185.286	183.987.291
2010	121.428	8.452.381	190.755.799

Fonte: Censo demográfico de 2010.

As alterações por que vêm passando a cidade do Crato, decorrentes do processo acentuado de urbanização no Brasil, entendido de acordo com o pensamento de Santos (1994) como fenômeno irreversível, ocasionou muitos problemas, pois a cidade não detinha equipamentos urbanos e infraestrutura suficiente para comportar o grande número de migrantes, gerando com isso, ocupação em áreas de risco, áreas de pobreza, favelas, precariedade urbana; pelo desemprego e demais demandas sociais.

## **2. O DIREITO À CIDADE E A LUTA PELA MORADIA NA CIDADE DO CRATO – CEARÁ**

Entendendo o movimento social a partir do processo de luta pela moradia, ganha notoriedade a dimensão sócio espacial da luta como instrumento de luta de classe, de luta dos trabalhadores.

Enxergando nessa perspectiva, entende-se que os movimentos sociais de luta pela moradia, objeto no qual nos propusemos a investigar pode conter uma forte relevância na perspectiva e no viés do processo de luta dos trabalhadores. Esse viés nos remete a pensar a dupla dimensão da luta pela moradia, tanto no âmbito da conquista do direito a moradia, local de reprodução da força de trabalho, como também na perspectiva da permanência e da sobrevivência da classe trabalhadora, através da luta dos trabalhadores.

A escolha da cidade do Crato nos remete a entender que a proposta de estudar os movimentos sociais de luta pela moradia em uma cidade média, mostra a força do conflito capital x trabalho (IKUTA, 2009) em cidades do interior do Estado, corroboram os processos atuantes do capital, principalmente a partir da interiorização da reestruturação

produtiva, que comanda os sentidos da produção do espaço urbano e a especulação imobiliária dos latifundiários urbanos.

Nessa perspectiva, surgem diversas lutas travadas pelos movimentos sociais no âmbito do direito a cidade, da moradia, das condições de reprodução da vida social. Esses movimentos foram e continuam sendo um dos instrumentos mais importantes na produção dos espaços da cidade, eles se consagram por formar uma dinâmica social dentro desses espaços, e, com isso, efetivar lutas por melhores condições de vida e sobrevivência.

Quer dizer, pensar a luta dos movimentos sociais de moradia num viés de práxis da luta dos trabalhadores é algo que se incube, pois a luta pela moradia se insere na compreensão de uma luta mais ampla e totalitária da classe trabalhadora.

No caso dos movimentos sociais de luta pela moradia na cidade do Crato – Ceará, objeto de investigação aqui proposto, destacamos, que as lutas acontecem de forma isolada e espontânea, mas que aglutinam um caráter político e centralizador da luta dos trabalhadores, devido à dimensão da luta e a repercussão no espaço urbano da cidade.

Assim, concordamos com a concepção de Ikuta (2009) de que a luta pela moradia também é uma dimensão totalitária da luta de classe. Conflito esse que gera o antagonismo das duas classes fundante do modo de produção capitalista: burguesia/proletariado e dos dois grandes processos que centralizam a produção de bens e a riqueza nesse modo de produção: capital e trabalho.

Destacamos aqui a importância de entender os movimentos sociais de luta pela moradia como uma dimensão da luta de classe, pois entende-se que a partir das ações dos movimentos sociais na cidade do Crato, mesmo com apontamentos de lutas pontuais e segregadas da luta de classe numa perspectiva totalitária, corrobora-se um viés da dimensão política do movimento através de suas ações e da importância que a luta pela moradia, através da ocupações de áreas ociosas da cidade ganham no sentido de organização da classe trabalhadora e da dimensão conflitiva entre capital e trabalho.

O Bairro Seminário é onde acontecem movimentos que espelham a trajetória das lutas locais. Este bairro ocupa boa parte do território urbano da cidade de Crato. É nas áreas do perímetro urbano entre as que apresentam habitações contíguas, o território mais extenso, com maior número de habitantes e densidade populacional. As casas são, via de regra, conjugadas. Tendo predominância famílias que compõe segmentos de baixa renda. A urbanização atinge as ruas principais, mas há um grande número de “comunidades”, que formam o bairro ainda em condições extremamente precárias em infraestrutura e serviços urbanos. Parte dessas comunidades tem conseguido melhorias

habitacionais através da ação reivindicatória das associações de moradores e da luta pela moradia, desde as décadas de 1970 até os dias de hoje.



Figura 02: **Perímetro urbano do bairro do Seminário.** Fonte: Google Earth. Data: 29/06/2013.

No Seminário existem várias comunidades embutidas. Quer dizer, na planta oficial do município existe somente “bairro do Seminário”. O problema é que, a produção do bairro não se constituiu de forma homogênea, mas em diversos momentos da história. Esse bairro, como mencionado anteriormente, em sua espacialidade totalizante foi fruto do processo de ocupação, de lutas travadas ao longo do espaço e do tempo, que acarretaram na configuração sócio espacial que visualiza-se hoje, a partir da constituição de várias comunidades dentro do perímetro urbano do bairro, dentre elas, destacamos: Vulcão, Vitoria Nossa, Novo Crato, Polivalente dentre outras.

O nosso enfoque a respeito do referido trabalho tem como premissa o entendimento e a análise do ultimo movimento de luta pela moradia na cidade do Crato, que ocorreu no bairro do Seminário, onde no dia 09 de Março de 2010 foi registrada uma ocupação, nas proximidades do Colégio Liceu. A ocupação se deu a partir da necessidade das famílias de baixa renda, onde, não possuíam nenhuma condição de obter a casa própria, de pagar aluguel ou estavam sendo despejadas das residências locacionais que habitavam.

Em entrevista realizada no dia 10 de maio de 2010, uma das lideranças do movimento de ocupação do terreno, esse, homem, 27 anos relata da necessidade de ocupação do terreno e da problemática da questão habitacional.

Bom, a necessidade se deu por que essas famílias não terem moradia própria, pagam aluguel, alguns atrasam aluguel e já tá com ordem de despejo, outros morram com seus avôs, pais, mães e agente se movimentou com todas essas pessoas que não tem moradia própria e viu esse terreno lá \da prefeitura sem utilidade nenhuma e então todo mundo se reuniu e fizemos a ocupação do terreno.



Figura 03: **Área escolhida pelos participantes do movimento de ocupação do Liceu para construção de moradias através da autoconstrução.** Fonte: César Abreu. Data: 23/06/2010.

Na imagem acima, identificou-se a área escolhida pela maioria dos participantes do movimento para que sejam construídas suas habitações, através da autoconstrução. Nessa imagem, podemos observar a demarcação dos lotes feitos pelos participantes e o início do processo de autoconstrução.

A ocupação aconteceu de forma circunstancial, sem nenhuma organização. Inicialmente eram 65 famílias, num primeiro momento e posteriormente 108 famílias que se encontravam nessas situações já mencionadas anteriormente se mobilizaram e resolveram ocupar um terreno público, pertencente ao município.

A ocupação durou cerca de 15 dias. Aquelas famílias demarcaram as áreas pertencentes a cada um e começaram a fazer os alicerces das suas novas residências. A falta de condições econômicas dessa população acarretou que essas novas moradias iriam ter o caráter da autoconstrução, onde as pessoas começavam com casas de pano, posteriormente taipa até conseguir construir casas de alvenaria. Resultando um processo de habitação precário com os recursos mais acessíveis no ambiente. A chamada sub-habitação, onde predomina a escassez de equipamentos urbanos, além da inexistência de água, luz elétrica e saneamento básico.

Esse processo de autoconstrução marcou diversas lutas dos sujeitos sociais, principalmente na tentativa de consolidação de programas habitacionais projetados pelos Governos. Houve ainda manifestações de diversos seguimentos da sociedade civil, que tentara articular uma proposta junto ao Governo na tentativa de subsidiar as moradias através de programas habitacionais.



Figura 04: **Encontro de algumas lideranças do movimento de ocupação no bairro do Seminário.** Fonte: César Abreu. Data: 13/05/2010.

Na imagem acima, retrata-se algumas das varias reuniões ocorridas entre as famílias que ocuparam o terreno e algumas lideranças do movimento. Reuniões essas, que abordavam na maioria das vezes diretrizes para os ocupantes do que fazer em relação à demora da prefeitura no processo de construção das residências que haviam sido prometidas e devido aos conflitos internos que o movimento vivencia durante o processo de luta. No referido caso, o principal conflito interno foi devido a uma liderança, esse, homem, que segundo relatos de algumas pessoas do bairro estava vendendo alguns terrenos de forma clandestina e inapropriada, retratando assim uma forma de negocio ou especulação informal de terras em beneficio próprio. Percebe-se, ainda, que uma das ocupantes reside em uma residência alugada e que está sob aviso de ordem de despejo, devido ao proprietário estar colocando a residência à venda, além de não possuir nenhuma condição financeira de continuar pagando aluguel.

A maioria das pessoas que se propuseram a ocupar o terreno é composta por mulheres e crianças. Muitas dessas mulheres, que hoje representam o movimento de ocupação do terreno são separadas ou foram abandonadas por seus cônjuges.

Profissionalmente, essas mulheres atuam no campo profissional como domésticas (diaristas), a grande maioria recebe “Bolsa Família”, quer dizer, quase todas, só não recebem o benefício aquelas que não têm seus documentos ou das crianças, impedindo assim, o seu recebimento. Claro que há a existência de homens no movimento de ocupação, mas a grande maioria são mulheres, cerca de 70% das 108 famílias cadastradas pela coordenação. A coordenação do movimento é dividida por três integrantes, dentre eles um homem e duas mulheres. O papel da coordenação era de organizar o movimento a partir da realização de reuniões que ocorriam todos os sábados às 18h00min na sede da Associação do Conjunto Novo Crato, localizada no Seminário. Como papel da coordenação estava também o agendamento de reuniões com a prefeitura e a Caixa Econômica Federal, que estava tentando viabilizar a construção de unidades habitacionais pelo programa “minha casa, minha vida”.

A repercussão do movimento de luta pela moradia ocorrida no Seminário chegou ao conhecimento dos representantes do poder público municipal. Os agentes do poder público foram ao local na tentativa de negociar com a população. A negociação se deu sem nenhuma resistência, pois segundo agentes do poder público seriam construídas casas habitacionais no local através do programa do Governo Federal “minha casa, minha vida”, através de articulações feitas entre Prefeitura e Caixa Econômica.

Após a negociação do Governo Municipal, a população se retirou do local e ficou aguardando a aprovação do terreno pela Caixa Econômica Federal. A análise do terreno feita por técnicos da Caixa Econômica resultou na inviabilidade de construção de residências devido há uma vala de esgoto que existe no terreno. No entanto, a Caixa solicitou a Prefeitura do Crato que se fizesse uma drenagem no local, destinando os dejetos que compõem essa vala a um processo de tratamento para que o terreno pudesse atender as exigências para a construção das habitações.

Em entrevista realizada no dia 10 de maio de 2010, homem, 27 anos, um dos coordenadores do movimento de ocupação relata que, com base em uma palestra ministrada pelo superintendente regional da Caixa Econômica diz que o programa “minha casa, minha vida” tem atualmente um ano de execução e a Prefeitura municipal do Crato ainda não se articulou com a Caixa Econômica para implementação do programa na cidade do Crato. Somente após a ocupação registrada no bairro do Seminário no dia 09 de março foi que a Prefeitura tomou iniciativa de travar uma articulação para execução do programa na cidade.

Segundo o Jornal do Cariri, em uma matéria publicada no mês de Abril sobre o programa “minha casa, minha vida” na cidade do Crato cita-se a entrevista com José Ney Monteiro Pereira, gerente regional de engenharia da Caixa Econômica Federal que diz:

O Ceará tem direito a 51 mil casas, e até agora, só foram feitas duas mil. O atraso na entrega dos projetos e assinaturas de contratos por parte das construtoras já fez com que a Superintendência da Caixa, em Brasília, assinasse a possibilidade de transferir os recursos destinados ao programa no Ceará para outros Estados, como a Bahia e Maranhão, que já construíram juntos, dentro do programa, 90 mil unidades habitacionais (JORNAL DO CARIRI, 2010)

Dessa forma, percebe-se o descaso por parte do poder público frente aos programas de execução da habitação na cidade do Crato e no Estado do Ceará. Nesse sentido, entende-se que há uma política de habitação por parte do Governo Federal, tem-se um problema de moradia e, no entanto, nada se concretiza.

Com isso, a população que ocupou a área, até o presente momento está à espera do poder público para que se tome uma providencia a respeito da construção das casas, pois nada foi feito no local, a vala de esgoto ainda se encontra lá e a impossibilidade dessa população possuir a moradia ainda se perpetua.

Dessa forma, percebe-se que existe o problema da moradia, sendo fetichizada pelo discurso do capital e do Estado, explicado pela falta de terreno ou mesmo de unidades habitacionais. Existe ainda, uma política habitacional do Governo Federal, que surge no seu discurso para minimizar o déficit habitacional, mas, nada se concretiza para solucionar o problema da “falta de moradia”.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Tomando a cidade de Crato como campo de aproximação empírica, constatamos que a busca por melhores condições de vida e o direito a moradia estão inseridas entre as principais reivindicações dos grupos organizados. Em virtude das manifestações, os conflitos envolvendo ocupantes, proprietário de lotes urbanos, Igreja e Municipalidade ganharam visibilidade.

A partir da observação das lutas dos sujeitos sociais nessa cidade, sugerimos que os movimentos sociais urbanos de luta pela moradia têm apresentado uma importância fundamental no processo de produção do espaço urbano da cidade, além de se

constituírem num dos instrumentos mais importantes de confronto da sociedade civil organizada perante o Estado e detentores dos meios de produção do espaço urbano.

Dessa forma, percebendo a luta pela moradia como um instrumento de luta de classes entende-se que o processo de produção da cidade e a luta pela moradia como instrumento de reprodução social se dá no âmbito do desenvolvimento contraditório do capital, que permeia suas ações na divisão desigual dos bens produzidos.

A barbárie que sociedade atual vivencia, condicionada pelo discurso ideológico do capital na reestruturação produtiva dos seus espaços contradiz a ótica de luta dos movimentos sociais de moradia, que através de suas práticas e ações mostram uma cidade desigual, contraditória e combinada, prevalecendo a desigualdade, a sulbaternidade e as mazelas sociais que os trabalhadores vivem.

Essa situação vivenciada pela classe trabalhadora faz com que surjam movimentos sociais e se articulem, criando condições, muitas vezes desfavoráveis, mas que, coíbem as forças produtivas no sentido de contrariar a ordem e o modelo societário vigente. Essas lutas, caracterizadas, em nosso caso, como a luta pela moradia, também se insere no campo da luta de classes, principalmente porque a conquista do direito a moradia reduz a mais valia do trabalhador ou até mesmo diminui a exploração da força de trabalho, pois este, não vai mais precisar lutar pra pagar uma casa ou um aluguel.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007
- CARLOS, Ana Fani A. **A cidade**. 8ª Ed. São Paulo: Contexto, 2007.
- GODOY, Paulo. Uma reflexão sobre a Produção do Espaço. **Estudos Geográficos**, Rio Claro. Disponível em: <[www.rc.unesp.br/igce/grad/geografia/revista.htm](http://www.rc.unesp.br/igce/grad/geografia/revista.htm)>. Acesso em: 02 set. 2004.
- GOHN, Maria da Gloria. Movimentos sociais na atualidade: manifestações e categorias analíticas. In: \_\_\_\_\_. (Org). **Movimentos Sociais no Início do Século XXI: antigos e novos atores sociais**. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2007.
- GOHN, Maria da Gloria. **Movimentos sociais e a luta pela moradia**. São Paulo: Ed. Loyola, 1991.
- IKUTA, Fernanda Keiko. O Conflito capital x trabalho na metrópole de São Paulo: Reflexões a partir da luta pela moradia. In: TOMAZ JÚNIOR, Antonio; FRANÇA JUNIOR, Luzimar Barreto (Orgs.). **Geografia e Trabalho no Século XXI**. V. 4. Presidente Prudente: Centelha, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Práxis e dinâmica territorial da luta pela moradia: articulações, contradições e possibilidades no âmbito do conflito capital x trabalho**. (Tese de Doutorado em Geografia). UNESP: Presidente Prudente, 2008.

- JORNAL DO CARIRI, **Minha casa Minha vida começa a ser desacreditado no Crato**. Jornal do Cariri. Juazeiro do Norte, 27 de Abril a 03 de Maio, 2010.
- OLIVEIRA, Francisco Mesquita de. Ação coletiva e questão urbana: o que há de novo? **XIV Congresso Brasileiro de Sociologia**, 28 a 31 de julho de 2009. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. Disponível em: <http://starline.dnsalias.com:8080/sbs/Trabalho/TrabalhosS>> Acesso em: 11/02/2010.
- RENOM, Karin D. Movimento social. In: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom (Ed.) **Dicionário do pensamento social do Século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras**. 10<sup>a</sup> ed. São Paulo: Contexto, 2003.
- SANTOS, Regina Bega dos. **Movimentos Sociais Urbanos**. São Paulo: UNESP, 2008.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- \_\_\_\_\_. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. 3<sup>a</sup> Edição. São Paulo: Loyola, 2005.
- SILVA, José Borzachiello da. **Quando os incomodados não se retiram: uma análise dos movimentos sociais em Fortaleza. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- \_\_\_\_\_. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1994. 157p.
- SOUZA JÚNIOR, Xisto Serafim de Santana de. Um olhar geográfico sobre o conceito de movimento social Urbano. **Revista Formação**, nº14 volume 1 – p.150-166, 2007.

Artigo recebido em 27/03/2013 e aceito em 08/06/2013